

Congresso quer retomar suas

Inclusive o poder de legislar sobre matéria financeira, per

CORREIO BRAZILIENSE

Brasília, domingo, 22 de setembro de 1985

prerrogativas

dido durante o regime militar

O Congresso Nacional se prepara para reassumir o poder de iniciativa em matéria financeira, a principal prerrogativa de qualquer parlamento do mundo e da qual foi privado pelo regime militar. Se readquirida essa prerrogativa, o Congresso discutirá a elaboração da proposta orçamentária, questionará opções políticas em matéria de orçamento e participará da escolha de alternativas quanto à política econômico-financeira.

Mas, para reassumir essa prerrogativa, a instituição precisa se aparelhar convenientemente, com recursos técnicos e humanos. Por isso, nos dias 8, 9 e 10 de outubro, será realizado em Brasília um simpósio

sobre o Legislativo e o orçamento, com a presença de três importantes especialistas em elaboração e fiscalização orçamentária, vindos dos Estados Unidos, além de autoridades brasileiras.

ORÇAMENTO

Os técnicos americanos são Alice Rivlin, Carol Cox e Robert Giamlo, que farão conferências e debates com o senador e economista Roberto Campos (PDS/MT), presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle de Contas do Senado; Luis Paulo Rosenberg, assessor econômico do presidente José Sarney; ministro da Desburocratização; Paulo Lustosa; ministro Luciano Brandão, do Tribunal de Contas da União; o industrial Paulo Francini, da Fiesp; e André Calabi.

O seminário discutirá o orçamento como instrumento de política econômico-financeira; o processo de elaboração e as estruturas do orçamento; e a fiscalização e controle da execução orçamentária — numa dimensão que servirá não apenas ao Congresso, mas a também outras instituições públicas e privadas.

Por isso, participarão ainda do simpósio representantes das Forças Armadas, da Escola Superior de Administração Fazendária, da Fundação Getúlio Vargas, do Tribunal de Contas da União, de tribunais de contas dos Estados,

do Dasp, dos Ministérios e de entidades de empregadores e trabalhadores.

O senador Marcondes Gadelha (PFL/PB) que estuda formas para se armar o Congresso ao exercício dessa prerrogativa, observa que "legislar sobre matéria financeira é a própria razão de ser de qualquer parlamento que se preze, é a origem dessa instituição". Quando os ingleses se rebelaram contra o despotismo dos soberanos, na Idade Média, elegeram a legenda que haveria de ser o lema do parlamento: "nenhum imposto sem representação".

No Brasil, por obra e graça do regime militar, o Congresso ainda está proibido de legislar sobre o que os americanos chamam, com propriedade, de o "poder de bolsa". E é certamente por isso que o parlamentar é mais importante do que um ministro de Estado nos Estados Unidos.

Para reassumir essa atribuição fundamental, o Congresso brasileiro precisa estar informado e capacitado com os recursos certos. E esta é a razão por que o senador Marcondes Gadelha convoca os parlamentares a participar intensamente do simpósio, pois cada congressista "deve saber de cor e salteado como legislar sobre orçamento".

Os ministros decidiam tudo

O Congresso perdeu a memória sobre como legislar. Nos últimos 20 anos, os tecnocratas elaboravam a proposta orçamentária que o parlamento apenas homologava. Por isso, os Ministros da área econômica, principalmente Delfim Netto, faziam dos recursos da rubrica "reserva de contingência" o que bem entendiam.

Marcondes Gadelha acha que falta pouco para que o Senado, por exemplo, reassuma essa atribuição em sua plenitude. A Casa tem bons recursos humanos, que já estão sendo treinados para isso e, recente-



Gadelha diz que o Congresso deve se aparelhar

mente, admitiu por concurso público, mais de 70 especialistas em diferentes ramos de atividade para assessoria de alto nível.

Pela primeira vez em 21 anos, o Congresso é chamado a participar efetivamente de uma proposta orçamentária — na proposta que enviou ao Congresso, para vigorar em 1986, o presidente José Sarney renuncia às prerrogativas privativas que lhe conferem o texto constitucional para pedir ao Congresso alternativas em matéria de redução do déficit público, de prioridade de investimento e de combate à inflação.

Na verdade, Sarney quer que o Congresso diga quais as formas de equacionar o problema de um déficit público que, em 1986, deve alcançar a soma colossal de Cr\$ 195 trilhões. O Presidente quer saber se deve resolver o problema com mais emissão de papel-moeda, com emissão de títulos públicos ou com o clássico corte de investimentos.

TELEVISÃO

Dentro do esforço para fortalecer o Congresso, estão nos planos do senador Marcondes Gadelha porpor a instalação de uma estação de televisão do parlamento, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos, para difundir as suas atividades e debater as grandes questões que estejam sob seu exame.

Outra preocupação é acabar com o furor legisfe-

rante, uma espécie de fuga à atual falta de poder. O objetivo é enxugar essa ação legislativa ao que é essencial acabando com projetos que tratam do varejo. Basta dizer que a Câmara apresenta por ano cerca de seis mil projetos, quando na Alemanha Ocidental as duas Casas do parlamento apresentam pouco mais de 300 no espaço de uma legislatura (4 anos).

A idéia é diminuir as sessões plenárias, suprimindo as de segundas e sextas-feiras. Em compensação, haveria uma valorização das comissões técnicas que poderiam (em número de três) aprovar e arquivar projetos, julgando a sua conveniência, oportunidade e mérito. Abolir o voto de liderança — pelo qual o líder de uma bancada vota por deputados e senadores — outra providência importante para estimular o parlamentar a comparecer às sessões para votar.

Assim, 80 por cento dos seis a sete mil projetos que são anualmente apresentados seriam eliminados a nível de comissões técnicas — muitos desses projetos são apresentados demagogicamente, não tendo qualquer compromisso com a realidade. Outro ponto importante do trabalho do senador Gadelha é a descentralização da assessoria de forma que determinados especialistas fiquem junto a determinadas comissões.

MISTICA

O importante é criar uma

mística no funcionalismo do Congresso — um "spirit de corp", segundo Gadelha —, incutir em cada um deles uma consciência sobre o papel importante que todos desempenham na contribuição que dá o Congresso para resolver os problemas nacionais.

Papel da maior importância é atribuído, nesse novo esforço, ao Tribunal de Contas da União — órgão auxiliar do Congresso Nacional nos termos da Constituição. Nos próximos dias, o senador Marcondes Gadelha terá uma reunião com os ministros do TCU para examinar as novas formas de colaboração do Tribunal, para que seja mais eficaz a ação fiscalizadora do Congresso e daquela instituição.

Nos Estados Unidos, o Tribunal de Contas tem o nome de Escritório Geral de Contabilidade — e funciona efetivamente como órgão auxiliar do Congresso norte-americano em sua ação fiscalizadora. No Brasil, os ministros do TCU opõem certa resistência a que o Tribunal exerça esse papel auxiliar, muito pela importância que ganhou durante a ditadura, sobrepondo-se muitas vezes ao papel do Congresso.